
A "Onda Jovem" e seu Impacto na População Economicamente Ativa de São Paulo

Felícia Madeira
DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Alicia Bercovich
DO DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO DO IBGE

RESUMO

"Onda Jovem" é um momento no qual, em decorrência da dinâmica demográfica passada, as faixas etárias entre 15 e 24 anos encontram-se especialmente alargadas. No Brasil como um todo, e em São Paulo de forma mais acentuada, ela ocorrerá ao longo dos anos 90. Este artigo tem dois objetivos: um, mais específico, é conhecer seu impacto na estrutura etária da população economicamente ativa (PEA); o outro é refletir sobre seus possíveis desdobramentos no cenário sócio-político. Ao discorrer sobre o segundo objetivo, o artigo desenvolve uma nova reflexão sobre a especificidade da inserção do adolescente e do jovem no mercado de trabalho brasileiro, sua inter-relação com os baixos níveis de escolaridade, e o papel dos meios de comunicação de massa e de consumo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tenta responder a uma preocupação bastante ampla — de entender a absorção diferenciada por sexo e idade do mercado de trabalho paulista, nas duas últimas décadas. Seu objetivo específico é conhecer o impacto das "ondas jovens" masculinas na estrutura etária da PEA. Tal "onda", como se detalha no decorrer do texto, é um momento de alargamento das faixas etárias de 15-24 anos.

O artigo poderia limitar-se a seu objetivo bem definido, circunscrevendo-se a uma análise puramente demográfica. Detendo-se nesta perspectiva, contribuiria para o entendimento de aspectos problemáticos, nebulosos mesmo do

comportamento da estrutura etária da PEA nas duas últimas décadas. É o que fazemos na Seção IV.

Decidimos, entretanto, inserir a discussão do tema em um contexto bem mais amplo, comentando suas repercussões em nível de uma discussão sócio-política internacional à qual tivemos acesso, e refletindo sobre possíveis desdobramentos em nosso próprio cenário sócio-político.

Essa opção apoiou-se em dois pontos. Dificilmente processos da dinâmica demográfica são incorporados às análises sócio-políticas ou mesmo em diagnósticos que subsidiam políticas públicas. A reflexão em torno da "onda jovem" é um bom exemplo da riqueza potencial dessa interdisciplinaridade.

O debate do nosso contexto sócio-político inclui uma reflexão sobre a especificidade da inserção do adolescente e do jovem no mercado de trabalho. Trata-se de uma discussão nova, que hoje complementa e ao mesmo tempo questiona a forma convencional como vem sendo tratada a questão do trabalho do menor.

Ao tomar esta decisão, estamos cientes de que corremos riscos. O artigo acaba abrindo-se para muitos temas, sem a possibilidade de aprofundá-los, até pela novidade que representam. Por esse motivo, também, ele é desigual em suas partes. Alguns aspectos, os mais amadurecidos em nossa reflexão ou na literatura disponível, são melhor desenvolvidos e têm mais consistência que outros.

Preferimos correr esses riscos, e aceitar maior exposição a críticas, a excluir considerações que entendemos importantes na discussão. É com esse espírito também que nos aventuramos a um *exercício de futurologia* nas conclusões, quando retomamos a série de elementos abordados nos itens anteriores e discutimos os possíveis cenários dos anos 90.

I

OS ESTÍMULOS PARA ESTUDOS DE POLÍTICAS JUVENIS E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Nosso interesse pelo tema "onda jovem" foi estimulado inicialmente por reflexões bem recentes acerca de estudos populacionais e seus possíveis impactos em pelo menos duas áreas de estudo — a do planejamento de políticas públicas e da sócio-política.

A esse estímulo inicial, de caráter mais geral, somou-se a convicção de que esta nova linha de reflexão poderia também contribuir para o esclarecimento de aspectos relativos ao comportamento de estrutura etária da PEA nas duas últimas décadas.

O conceito de "ondas" etárias emerge de uma análise demográfica que, ao invés de falar de tendências globais da dinâmica demográfica, enfatiza as análises

etárias, mais especificamente o fenômeno das descontinuidades demográficas das pirâmides [Bercovich e Velózo (1985)].

De forma rápida e bastante simplificada, o fato poderia ser assim resumido: por uma combinação dos três fatores que intervêm nas variáveis da dinâmica demográfica — fecundidade, mortalidade e migrações — as pirâmides etárias podem sofrer alargamento ou estreitamento de suas bases, dando origem então a descontinuidades, uma vez que tais alargamentos ou estreitamentos vão necessariamente produzir ecos (novos alargamentos ou estreitamentos) em sucessivas gerações. Assim, quando olhadas de uma perspectiva de tempo, as pirâmides formam verdadeiras ondas de adensamentos e descontinuidades.

Um dos aspectos para os quais a análise de alargamento de coortes chama a atenção é que, à medida que a coorte larga ascende na pirâmide, gera novas e diferentes necessidades, demandando respostas também diferenciadas do sistema. Assim, a rigor, a área de atividade que deveria estar mais atenta a este novo enfoque demográfico seria a de planejamento.

É indiscutível que o respaldo de informações a respeito do volume e da composição da população é essencial em qualquer programação de políticas de intervenção, de natureza pública ou não. Não se pode pensar em planejar sem o conhecimento mínimo de quantas são e serão as pessoas para as quais se destinam determinados programas a curto, médio e longo prazos.

Embora esta afirmação seja absolutamente consensual, a verdade é que os programas de ação podem falhar — e freqüentemente falham — em seus diagnósticos e propostas porque desconhecem o fenômeno das descontinuidades das pirâmides etárias na projeção de suas demandas.

É o que pode ocorrer com propostas atuais dirigidas à população de adolescentes e jovens. Até onde vai nosso conhecimento, os estudos e diagnósticos que, em geral, subsidiam as propostas políticas para estas faixas etárias, ao assinalarem a projeção do número de adolescentes para a próxima década, não se dão conta do fenômeno da "onda jovem" que caracterizará a pirâmide brasileira e paulista no próximo quinquênio.

Tal conjuntura demográfica faz com que, na verdade, a pergunta mais pertinente seja: que tipo de problemas tal conjuntura coloca para as políticas destinadas ao setor juvenil? O mais preocupante, como se verá, é que essa onda ocorre após um período de refluxo da população jovem (década de 80), não tendo exigido, desta perspectiva, nenhum esforço especial do setor público.

Uma outra linha de reflexão é o desdobramento, na área sócio-política, dos estudos de população. Configura-se como uma espécie de retomada da antiga questão da relação entre ritmo de reprodução da população e potencial de tensão social, com a diferença que desloca o móvel da tensão social dos setores empobrecidos da população para a coorte etária jovem (15-24 anos), no momento em que ela é especialmente numerosa.

Nesse momento, segundo alguns estudos de natureza política ou sociológica, dependendo da capacidade do sistema em absorver esse excedente de jovens

(no sistema educacional e no mercado de trabalho), o fenômeno pode constituir-se em problema político, levando o país à instabilidade.

Wriggins (1988), pioneiro nessa tese, argumenta que ela começa a demonstrar sua pertinência quando se nota certa relação constante entre movimentos radicais liderados por jovens e o momento em que a coorte jovem está alargada. Tal ocorreu, segundo este autor, há 15 anos atrás no Srilanka e 10 anos depois em Taiwan. A essas situações específicas, o autor lembra que a geração de 1968 é a resultante do *baby-boom*, e acrescenta que, na verdade, sempre que há movimentos políticos radicais os jovens estão na linha de frente. Se o seu texto fosse escrito hoje, certamente o autor acrescentaria o exemplo recente da China, que atravessa um período de "onda jovem".

Wriggins aponta um conjunto de fatores como possíveis desencadeadores do *movimento juvenil radical* nos períodos de coortes largas: as dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, o desapontamento diante das expectativas e aspirações geradas pela expansão do sistema educativo, características desse sistema, desencanto com o sistema político, sobretudo a falta de legitimidade das lideranças, etc.

Deutschman, em artigo para a revista *Fortune* (junho de 1990), segue linha de argumentação bastante semelhante. Associa o fenômeno dos *yuppies* (uma geração extremamente competitiva) ao fato de pertencerem a uma coorte larga também resultado do *baby-boom*.

Considerações desta natureza suscitam a curiosidade do pesquisador, e é inevitável que uma série de questionamentos venha à tona: como se teria configurado o fenômeno das "ondas jovens" no Brasil? Em que momento elas se teriam evidenciado? Qual teria sido seu impacto, por exemplo, no sistema educacional e no mercado de trabalho?

Em trabalho anterior [Bercovich e Madeira (1990)] procuramos responder às duas primeiras questões, propondo inclusive um método para acompanhar a evolução de determinada coorte, tomando como exemplo as coortes jovens: 15-19 anos (adolescentes) e 20-24 anos (jovens). O desenho e a intensidade do movimento da "onda jovem" brasileira e, sobretudo, da paulista, que se configuraram naquele exercício (ver Gráficos 1 e 2) só fizeram aumentar a curiosidade e a importância de se conhecermos possíveis impactos nos setores que mais lhes dizem respeito: trabalho e educação.

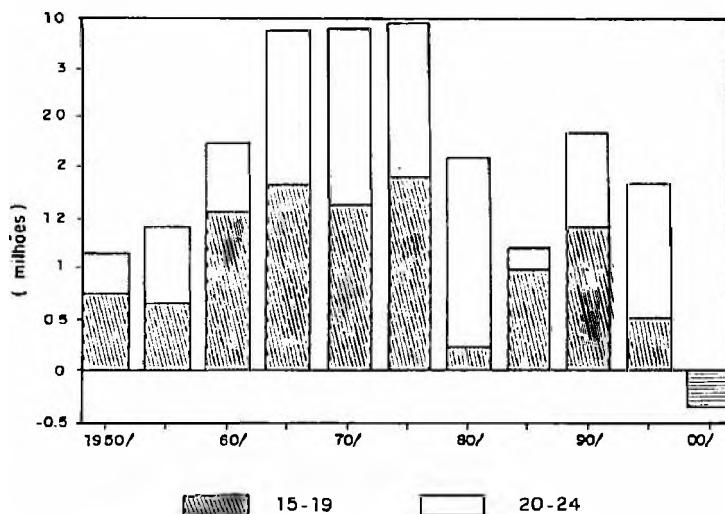
De fato, no Brasil, em números absolutos, a partir da segunda metade da década de 60, os grupos jovens cresceram, a cada quinquênio, três milhões de pessoas, ou dez milhões entre 1965 e 1980. Já na década de 80 o comportamento foi completamente diverso: levou-se uma década inteira para se atingir o incremento de três milhões de jovens.

Em outros termos, o tamanho do grupo jovem cresceu em mais de 10 milhões de pessoas entre 1965 e 1980, e somente 5,4 milhões em 1980-95. Em termos relativos, as coortes cresceram 66% entre 1965 e 1980, passando a crescer somente 21% em 1980-95, lembrando que nesse último caso o crescimento concentrou-se fundamentalmente no período 1990-95, que é o momento em que a "onda jovem" começa a vigorar.

Gráfico 1

Brasil 1950 — 2005

Incremento das Coortes Jovens

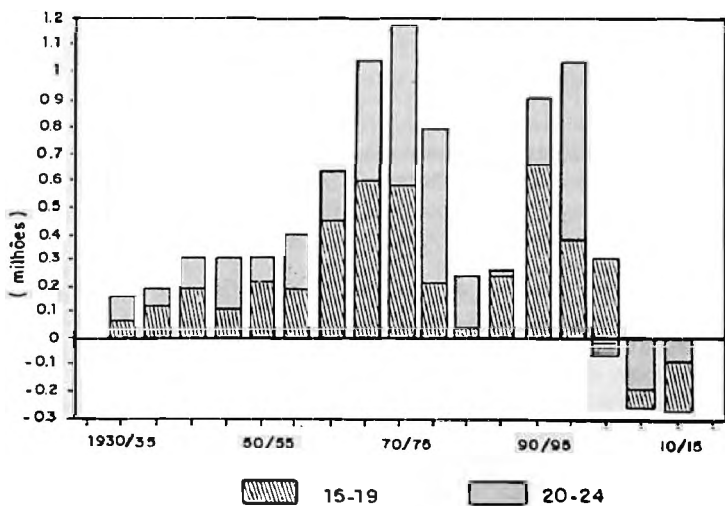


FONTE: Bercovich e Madeira, 1990

Gráfico 2

Brasil 1930 — 2010

Incremento das Coortes Jovens



FONTE: Projeções da Fundação SEADE, 1986

No estado de São Paulo, área onde a imigração é mais intensa, o fenômeno ocorre com maior vigor, e a referida "onda" é ainda mais sinuosa. Em números absolutos, a coorte jovem (15-24 anos) somou aproximadamente 1,1 milhão de indivíduos em 1960 e 1,8 milhão na década de 70, caindo para 460 mil ao longo dos anos 80. Vale acrescentar que a estimativa utilizada pressupõe uma migração modesta para os próximos anos, e o crescimento estimado do número de jovens deveu-se fundamentalmente ao crescimento vegetativo. Em termos relativos isso significa crescimento de 46% e 51%, respectivamente nas décadas de 60 e 70 e somente 8,6% durante os anos 80, devendo voltar a crescer 34% na próxima década.

O fenômeno é ainda mais interessante quando detalhado por quinquênio. Separa as faixas em dois grupos: de adolescentes (15-19 anos) e jovens (20-24 anos).

Entre 1970 e 1980 somaram-se, em relação à década anterior, 801,7 mil adolescentes; entre 1980 e 1985 somente 11 mil; e entre 1985 e 1990, cerca de 234 mil. Espera-se para o próximo quinquênio (1990-95) o acréscimo de nada menos que 664 mil adolescentes, uma verdadeira explosão.

A faixa jovem apresenta evolução um pouco diferente. Entre 1970 e 1980 somaram-se 999 mil jovens, 200 mil entre 1980 e 1985 e 24 mil entre 1985 e 1990, esperando-se para o próximo quinquênio acréscimo da ordem de 671 mil.

Tal cenário demográfico torna as perspectivas atuais já pessimistas ainda mais preocupantes. Todos sabemos, uma vez que está cotidianamente nos meios de comunicação de massa, que o quinquênio que terminou caracterizou-se, também, pelo enorme crescimento da violência juvenil, expresso de forma dramática nos índices de mortalidade juvenil por causas externas — homicídios e acidentes com veículos [Ortiz e Yazaki (1988)]. Certamente a persistência e até ampliação da pobreza nos anos 80 e o enorme descaso com que o setor público vem tratando a parcela juvenil da sociedade não explicam completamente a violência juvenil, mas são indiscutivelmente fatores básicos para a constituição de um campo propício ao desenvolvimento, sobretudo quando se tem pela frente o fenômeno da "onda jovem".

Aliás, em complemento a esta consideração, é interessante lembrar entrevista do antropólogo Philippe Bourgois à revista *Veja* (19.09.80) sobre a questão da juventude, droga e violência nos Estados Unidos, especificamente no Harlem hispânico.

A tese do autor é a seguinte: "Os traficantes de drogas das esquinas de Nova York são pessoas que perseguem à sua maneira, numa cultura de terror e autodestruição, o mesmo sonho americano dos jovens *yuppies* que vivem nos bairros bem comportados".

Mais adiante, tratando de explicar por que a droga desencadeava a histeria e a violência nos Estados Unidos e em países latino-americanos, mas não na Europa, argumenta: "... (na Europa)... os jardins têm flores, as escolas são grátis e funciona... "Aqui nesta região da cidade há menos parques, menos piscinas públicas, mas há mais prisões. É a histeria".

Como se vê, as questões que o tema suscita são urgentes, atraentes, novas e complexas e abrem um amplo campo de estudos. Este texto propõe-se a um primeiro objetivo bem específico: conhecer o papel que desempenhou a "onda jovem" paulista dos anos 70 e seu refluxo nos anos 80, na estrutura etária da PEA masculina nesses períodos.

O que nos motivou efetivamente para esta tarefa foram fatos já conhecidos, evidenciados em vários outros trabalhos — o rejuvenescimento da PEA masculina nos anos 70 e seu envelhecimento nos anos 80 [Arias e Cordeiro(1990), Sabóia (1991) e Jatobá (1990)], mas não esclarecidos completamente. A questão é: existe alguma relação com o movimento da "onda jovem"?

II

CONJUNTURA DEMOGRÁFICA E CONJUNTURA ECONÔMICA

II.1 - Os Anos 70

Sabemos que o capitalismo brasileiro do pós-guerra foi marcado por intenso dinamismo.

Na década de 70 o país acelera esse processo. Consolida sua industrialização e moderniza seu aparato produtivo, tomando-se predominantemente industrializado e urbano. O processo mostrou-se também extremamente favorável à incorporação de novos trabalhadores; e mais: as transformações de ordem econômica, social e demográfica pelas quais passou a sociedade brasileira tiveram repercussões consideráveis sobre a composição interna da força de trabalho — a população economicamente ativa tomou-se mais feminina e, entre os homens, bem mais jovem. Naturalmente, São Paulo é onde esse processo ocorre com maior vigor [Madeira (1986)].

De fato, a taxa de atividade feminina em São Paulo passou de 23,5%, em 1970, para 32,6%, em 1980, e já vinha crescendo desde 1950, época em que se intensificou a industrialização brasileira (ver Tabela 1). Já entre os homens a taxa cresceu muito pouco: passou de 72,3 para 75,2%, alterando-se, entretanto, profundamente, a estrutura etária. Os índices de crescimento mais elevado ocorreram claramente nas idades mais novas; os adolescentes (15-19 anos) passaram de 64,9%, em 1970, para 72,0%, em 1980, e os jovens (20-24 anos), de 88,5% para 92,2%. Entre 25 e 34 anos ocorreram aumentos apenas moderados em torno de um ponto percentual, estabilizando-se na faixa de 35 a 39 (96,1%) e decrescendo, sistematicamente, e em ritmo cada vez mais intenso, a partir dos 40 anos (ver Tabela 1).

A ampliação da participação do jovem no mercado de trabalho pode ser constatada também através da evolução dos percentuais de participação juvenil no conjunto dos trabalhadores (ver Tabela 2), e o rejuvenescimento da PEA visualizado com muita clareza nos Gráficos 3 e 4. O Gráfico 4, referente a 1980, representa uma pirâmide bem mais jovem que a de 1970.

Tabela 1

Taxas Masculinas e Femininas de Atividades Econômicas(*) por Idade — São Paulo

GRUPOS DE IDADE	1970		1980		1981		1987		1989	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	72,18	23,30	75,28	32,83	75,57	35,04	77,84	46,43	78,03	36,81
10 A 14 ANOS	13,38	8,82	18,42	10,55	17,81	11,06	18,90	10,51	17,44	9,80
15 A 19 ANOS	84,89	39,42	71,05	47,31	73,40	50,08	78,36	52,13	78,80	48,89
20 A 24 ANOS	88,53	37,28	92,18	49,68	83,00	53,50	83,68	60,83	94,05	58,78
25 A 29 ANOS	95,40	28,05	98,80	41,74	87,21	45,81	97,63	52,70	97,13	58,38
30 A 34 ANOS	98,54	24,72	97,13	38,94	94,32	43,71	98,47	51,52	97,96	56,16
35 A 39 ANOS	98,08	23,15	98,04	37,38	98,44	42,78	97,18	53,21	97,80	54,82
40 A 44 ANOS	94,53	21,87	84,18	34,30	95,82	37,85	98,98	44,41	95,84	48,97
45 A 49 ANOS	91,50	18,88	90,12	28,85	91,14	35,22	91,82	38,32	91,09	39,72
50 A 54 ANOS	83,68	14,67	82,13	23,06	82,07	29,40	80,45	32,73	81,32	34,09
55 A 59 ANOS	74,40	11,11	71,50	18,92	73,88	18,94	74,18	24,17	68,81	24,81
60 A 64 ANOS	81,28	7,48	57,81	10,28	58,93	13,26	62,32	12,18	58,78	14,85
65 A 69 ANOS	45,40	5,27	38,12	5,72	38,03	9,62	36,49	10,27	37,83	8,88
70 ou mais	25,14	2,48	18,54	2,18	18,35	3,27	17,86	4,42	16,54	3,22

(*) Porcentagem de economicamente ativos sobre os totais em cada faixa etária.

Fontes: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980
PNAD 1981 e 1987 - Tabelações especiais

Tabela 2

São Paulo 1970 — 1989

Participação dos Grupos Etários no Mercado de Trabalho

Grupos de Idade	Proporção de cada grupo etário na PEA				
	1970	1980	1981	1987	1989
15-24	28,1	30,4	30,0	27,2	26,7
30-39	23,7	22,6	22,6	25,2	25,7
40-49	17,5	15,5	16,0	16,2	17,1

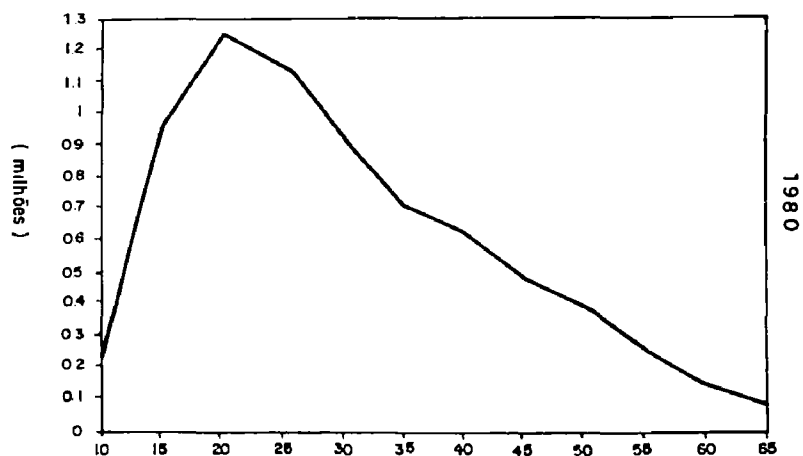
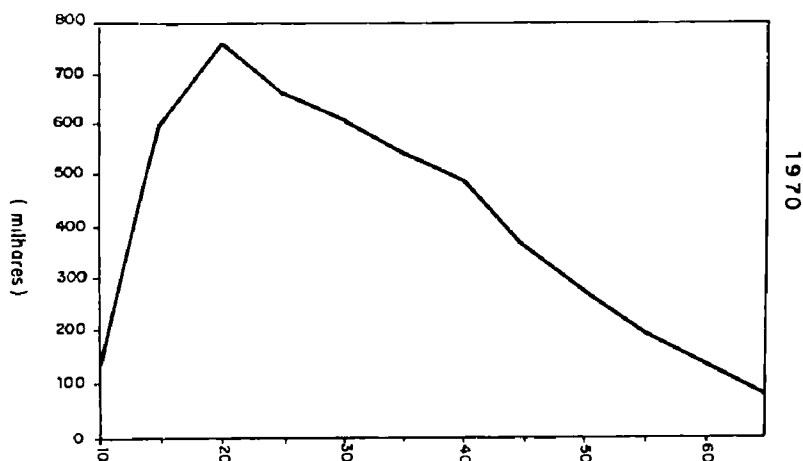
Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980
PNAD's de 1981, 1987 e 1989

A Tabela 3 mostra a proporção dos novos trabalhadores que foram incorporados em cada faixa etária para compor a taxa de 1980. Neste novo tratamento fica mais evidente, ainda, a incorporação de jovens e a expulsão da PEA dos maiores de 40 anos. Não deixa de ser surpreendente que, apesar de havermos atravessado na década de 70 um período de "onda jovem", nada menos do que 88% dos adolescentes e 98,4% dos jovens que se somaram nessa década foram incorporados à PEA. Entre 25 e 35 anos também foi quase total a incorporação, sendo entretanto clara a queda progressiva após os 40 anos (ver Gráfico 4).

Gráficos 3 e 4

São Paulo

Número de Homens Economicamente Ativos



Finalmente, tentando eliminar o efeito da estrutura etária, realizamos um exercício de padronização. Constatamos então que, se as taxas de atividade de 1980 fossem iguais às de 1970, São Paulo teria, em 1980, 200 mil homens de 10 a 35 anos a menos na força de trabalho, e 39 mil de 40 a 64 anos a mais.

II.2 - Os Anos 80

Os anos 80 foram substancialmente diferentes tanto no que diz respeito ao cenário demográfico como ao sócio-econômico. Da perspectiva demográfica, São Paulo assiste a um refluxo da "onda jovem" e, no plano econômico, ao desencadear de uma aguda crise econômica que provocou elevadas taxas inflacionárias, desemprego e deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores.

Os ciclos recessivos da economia comprometeram substancialmente as condições básicas de vida da grande massa da população, sobretudo da população mais pobre.

No que diz respeito à incorporação diferencial dos novos trabalhadores — objetivo central deste artigo — a conjuntura econômica dos anos 80, que oscilou entre períodos de pequeno crescimento e momentos de maior ou menor recessão, apresentou as seguintes peculiaridades: continuou a vigorosa incorporação de mulheres à PEA [Arias e Cordeiro(1990) e Bruschini (1989)] e continuou também a crescer proporcionalmente mais a PEA adolescente e jovem, mas a estrutura etária sofreu envelhecimento. É isto que demonstra a série de informações referentes ao ano de 1989, quando comparada aos dados de 1981 (ver Tabela 2).

Na Tabela 3, que procura captar, ao longo da década de 80, a proporção de novos trabalhadores em relação ao incremento da população em cada faixa etária, para compor a taxa de 1989, essas tendências ficam mais evidentes. Os valores superiores a 100% indicam que o incremento no número de homens economicamente ativos na faixa superou o acréscimo do total da população do mesmo grupo de idade.

Esse fato é particularmente visível entre os adolescentes, cuja taxa da diferença entre 1981 e 1989 atingiu o valor de 120%. Isso, naturalmente, somente pôde ocorrer porque se tratava de uma coorte estreita. Em outros termos, a população masculina de adolescentes (15 a 19 anos) somou só 102 mil pessoas entre 1981 e 1989, enquanto a PEA somou 123 mil adolescentes neste mesmo período.

Finalmente, aplicando o exercício de padronização para 1981 e 1989, concluímos que em 1989 haveria quase 72 mil indivíduos a menos para as idades 10-39 anos. Para o grupo de 50 a 60 anos, teríamos aproximadamente 32 mil pessoas a mais. Ou seja, no decorrer da década de 80 a pirâmide envelhece, apesar do crescimento mais acelerado das taxas de participação dos jovens.

Podemos concluir que na PEA brasileira recente há uma tendência à incorporação diferencial favorável de adolescentes e jovens, tanto nos períodos de crescimento como nos de recessão. O comportamento da década de 70 sugere que essa possível vocação do capitalismo brasileiro favorece a capacidade que os jovens têm de pressionar, nos momentos de alargamento das coortes, produzindo,

Diferenças Numéricas de Homens Economicamente Ativos

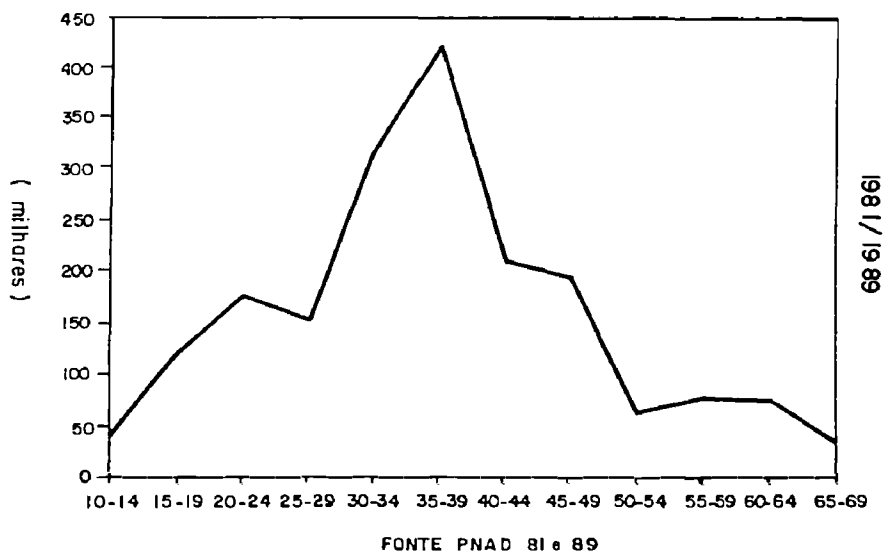
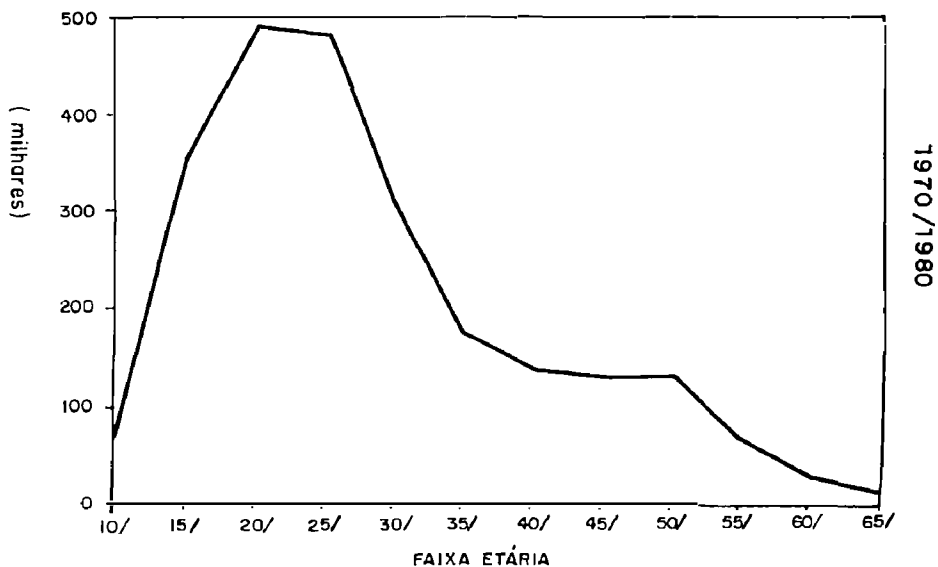


Tabela 3

São Paulo 1970 — 1989

Proporção de Economicamente Ativos no Incremento(*) de População

IDADE	H O M E N S		
	DIFERENÇA 70/80	DIFERENÇA 80/87	DIFERENÇA 81/89
TOTAL	82.3	88.7	77.9
10 A 14 ANOS	30.1	32.2	16.5
15 A 19 ANOS	88.0	218.5	120.4
20 A 24 ANOS	98.4	105.2	101.9
25 A 29 ANOS	98.7	101.8	96.6
30 A 34 ANOS	98.3	101.9	96.9
35 A 39 ANOS	96.1	99.7	100.4
40 A 44 ANOS	93.0	106.2	96.1
45 A 49 ANOS	86.6	96.3	90.9
50 A 54 ANOS	78.8	73.0	76.5
55 A 59 ANOS	64.9	81.3	55.1
60 A 64 ANOS	47.9	74.5	52.6
65 A 69 ANOS	23.0	44.4	37.4
70 ou mais	0.7	20.6	17.0

(*) Os valores superiores a 100% indicam que o incremento no número de homens economicamente ativos nessa faixa etária superou o acréscimo do total de população desse grupo de idade

Fontes: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980
PNAD 1981, 1987 e 1989 - Tabulações especiais

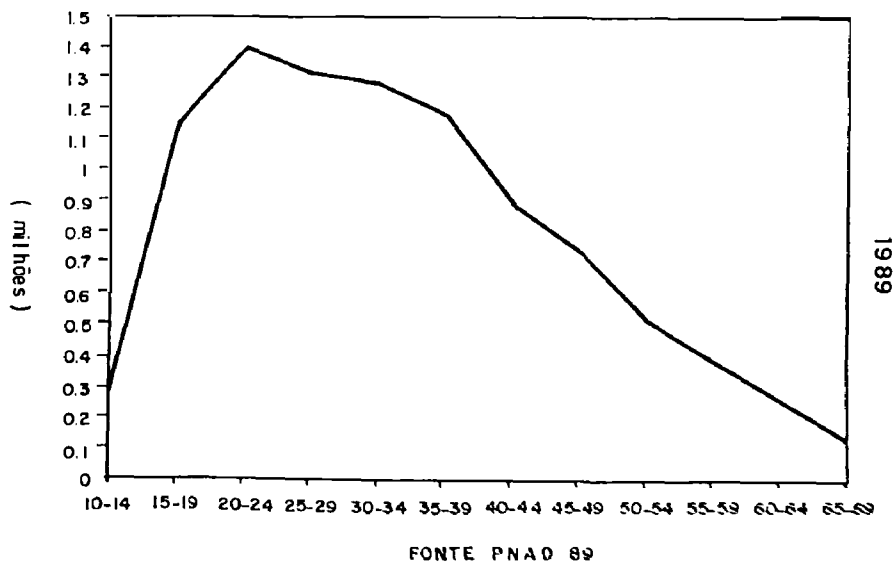
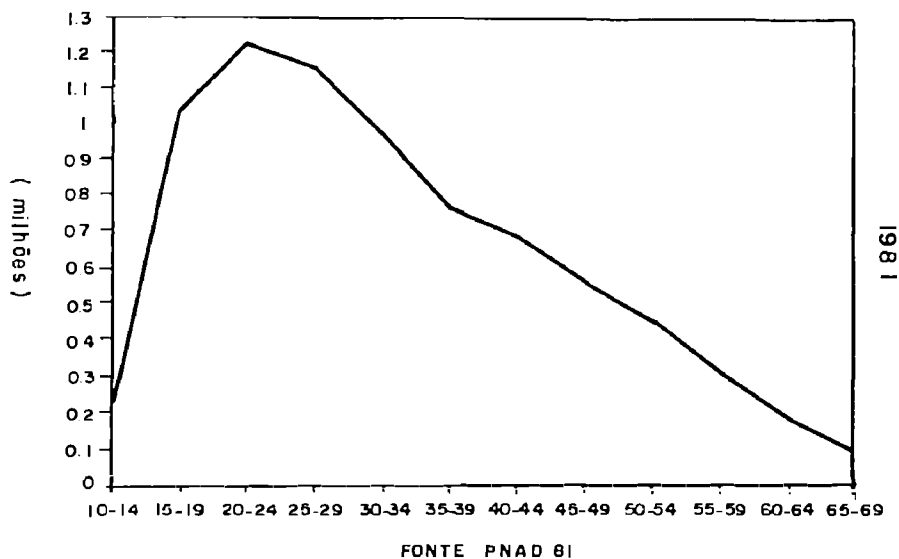
até mesmo, a expulsão de trabalhadores de mais de 40 anos. Quer dizer, quando ocorre a "onda jovem", a mesma dá-se dentro e fora da força de trabalho. Quando ela está em refluxo, há tendência ao envelhecimento.

O Gráfico 8, referente ao ano de 1989, permite que se veja com mais clareza o processo de envelhecimento da pirâmide dos trabalhadores ao longo dos anos 80, em decorrência de dois componentes demográficos: o refluxo da "onda jovem" e a passagem da coorte larga para o início da idade adulta (25-35 anos). São esses os fatores que explicam o fato da *barriga* da pirâmide de 1989 ser mais larga e menos pronunciada. O fenômeno aparece no Gráfico 6, onde está representado o número de novos trabalhadores na PEA, somados no período 1981-89, para cada grupo etário.

A análise isolada por setores da economia evidencia uma participação bastante diferenciada por faixas etárias, revelando que o mercado de trabalho por setores oferece oportunidades distintas segundo a idade dos trabalhadores.

No país como um todo a população trabalhadora masculina distribui-se de maneira bastante equilibrada entre os três grandes setores da economia. Em São Paulo, o pólo mais industrializado do país, é bem menor a importância relativa da PEA agrícola. A força de trabalho masculina concentra-se no setor industrial e na máquina burocrática administrativa que lhe serve de suporte.

Número de Homens Economicamente Ativos



A década de 70 foi decisiva para que o setor secundário ocupasse a liderança na incorporação da PEA masculina. Em 1970, o secundário ocupava 35,2% da PEA; em 1980 esse valor subiu para 44,2% (ver Tabela 4). O Gráfico 9, que distribui as diferenças do número de pessoas ocupadas ao longo dos anos 70, dá uma idéia de como o setor secundário foi não só o grande incorporador de mão-de-obra, mas sobretudo o incorporador de mão-de-obra jovem.

A série de gráficos que compara a distribuição etária entre empregados e autônomos reforça a conclusão anterior. A pirâmide de empregados é sempre bem mais jovem que a dos autônomos; sofre um rejuvenescimento entre 1970 e 1980, para tornar-se bem mais envelhecida em 1989, inclusive quando comparada com a de 1970 (ver Gráficos 10 a 14).

Os Gráficos 4 e 5, referentes ao período 1981-1989, evidenciaram que, com relação a esses aspectos, as tendências permanecem inalteradas.

III

ADOLESCENTES E JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: CAUSAS, CONDIÇÕES E MOTIVAÇÕES

Como foi amplamente divulgado, o crescimento econômico dos anos 70 realizou-se às custas do aumento das desigualdades sociais e da concentração da renda nas mãos de poucos privilegiados. A queda dos salários reais de substancial parcela da população, apesar do inegável crescimento econômico, resultou em grande parte do sistema político autoritário, que restringiu o poder de barganha e a liberdade sindical dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que criou mecanismos facilitadores da rotatividade da mão-de-obra.

Diante desse quadro, persiste ainda muita controvérsia quanto às causas do fenômeno da entrada de mulheres e jovens no mercado de trabalho. Afirma-se, de forma bastante freqüente, que as mulheres estariam trabalhando cada vez mais fora de casa premidas somente pela necessidade econômica, intensificada com a deterioração dos salários reais dos trabalhadores e chefes de família.

Embora tal causa não possa ser desprezada, Bruschini (1989), em trabalho recente, chama a atenção para outros aspectos cuja contribuição para essa tendência pode ser tão ou mais importante — a abertura efetiva do mercado de trabalho para as mulheres, através da expansão dos setores da economia tradicionalmente incorporadores da mão-de-obra feminina e da pressão exercida através dos meios de comunicação de massa para a geração de expectativas de consumo, além da mudança nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher.

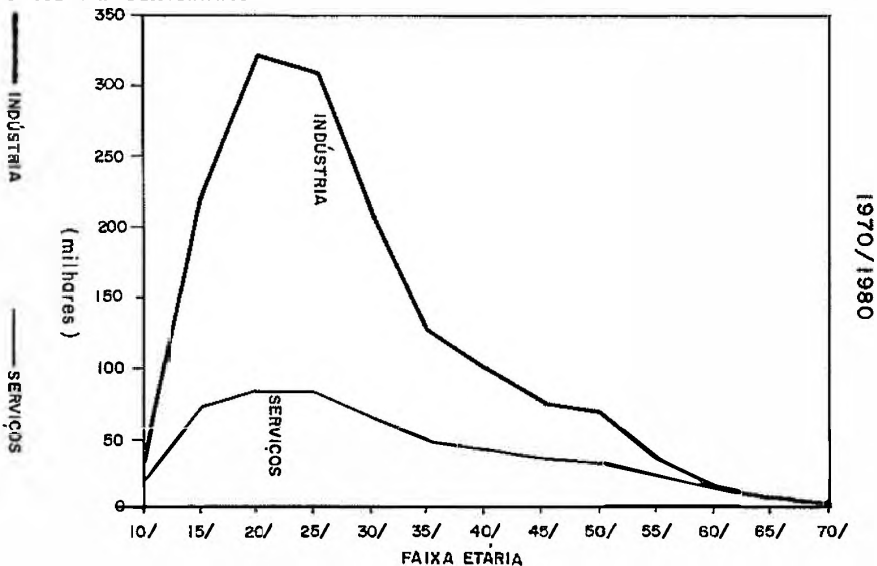
Considerações da mesma ordem podem ser feitas à entrada de jovens, sobretudo adolescentes, no mercado de trabalho urbano. No caso dos jovens afirma-se, de forma também recorrente, que estariam trabalhando cada vez mais premidos apenas pela necessidade econômica. Trata-se de uma explicação que deve ser revista.

Tabela 4
Distribuição da População Ocupada Masculina e Feminina
por Setor de Atividade — São Paulo

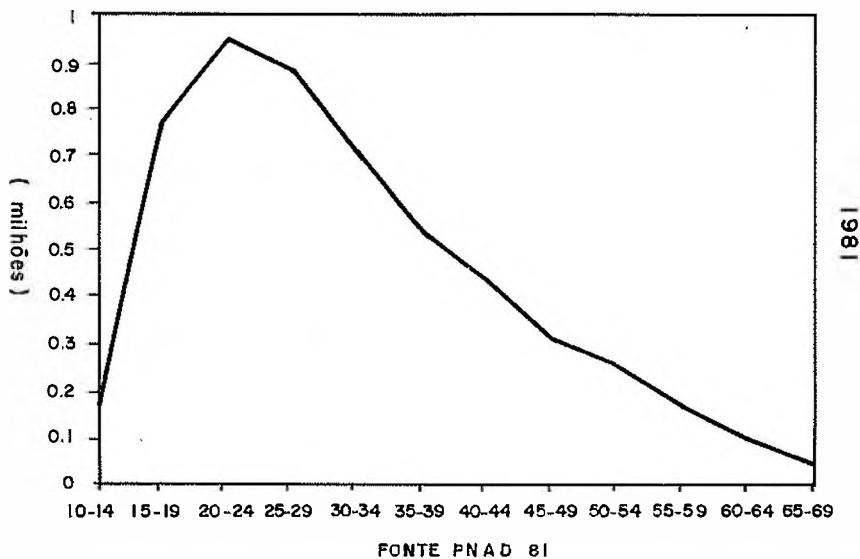
SETOR DE ATIVIDADE		ANOS			
		1970	1980	1987	1989
PRIMÁRIO					
Atividades agropecuárias	HOMENS	24,6	13,7	10,8	8,9
Extração vegetal e pesca	MULHERES	7,3	5,8	5,4	4,2
SECUNDÁRIO					
	HOMENS	35,2	44,2	43,0	42,9
	MULHERES	20,0	25,0	22,1	22,6
Indústria transformação	HOMENS	24,4	31,9	31,9	31,8
	MULHERES	19,4	24,0	21,1	21,9
Indústria construção	HOMENS	9,5	10,7	9,9	9,7
	MULHERES	0,3	0,5	0,5	0,4
Outras ativ. industriais	HOMENS	0,9	1,6	1,2	1,3
	MULHERES	0,2	0,5	0,5	0,4
TERCIÁRIO					
	HOMENS	40,2	40,6	46,2	48,3
	MULHERES	72,8	67,1	72,5	73,3
Comércio	HOMENS	10,6	10,8	13,1	13,2
	MULHERES	7,4	10,0	12,1	12,8
Transporte e comunicações	HOMENS	6,9	6,1	6,1	6,2
	MULHERES	1,2	1,3	1,1	1,3
Serviços	HOMENS	7,9	12,5	14,8	17,0
	MULHERES	41,0	32,8	35,2	32,4
Atividades sociais	HOMENS	2,5	3,2	3,6	3,7
	MULHERES	13,7	15,6	16,5	18,9
Administração pública	HOMENS	4,5	3,8	4,4	4,2
	MULHERES	2,4	2,6	3,0	3,2
Outras	HOMENS	7,8	4,0	4,1	3,9
	MULHERES	7,1	4,8	4,5	4,6
TOTAIS					
	HOMENS	4822619	7245299	8836026	9229519
	MULHERES	1550223	3166427	4775092	5143744

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1970 e 1980
 PNAD's 1987 e 1989

Gráfico 9
São Paulo
Diferenças no Número de Homens Ocupados
Setores de Atividades



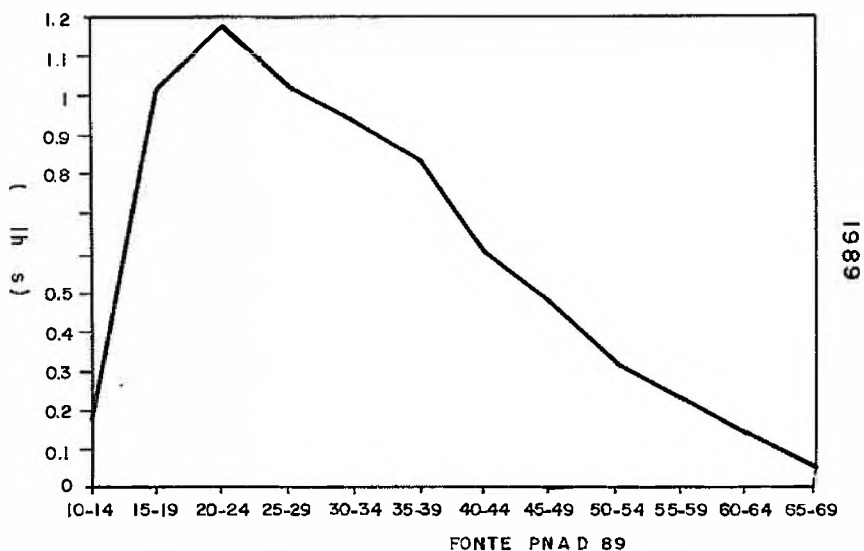
Gráficos 10
São Paulo
Número de Homens Empregados



Gráficos 11

São Paulo

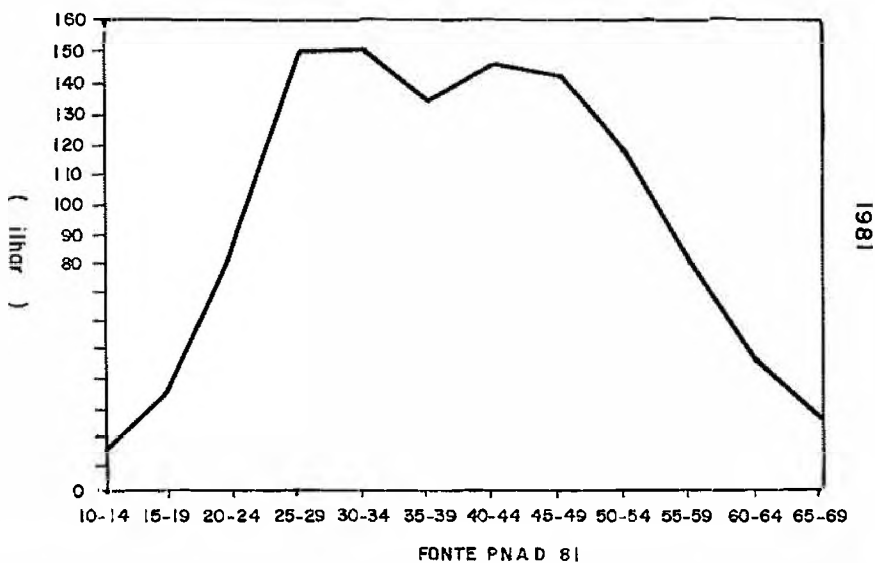
Número de Homens Empregados



Gráficos 12

São Paulo

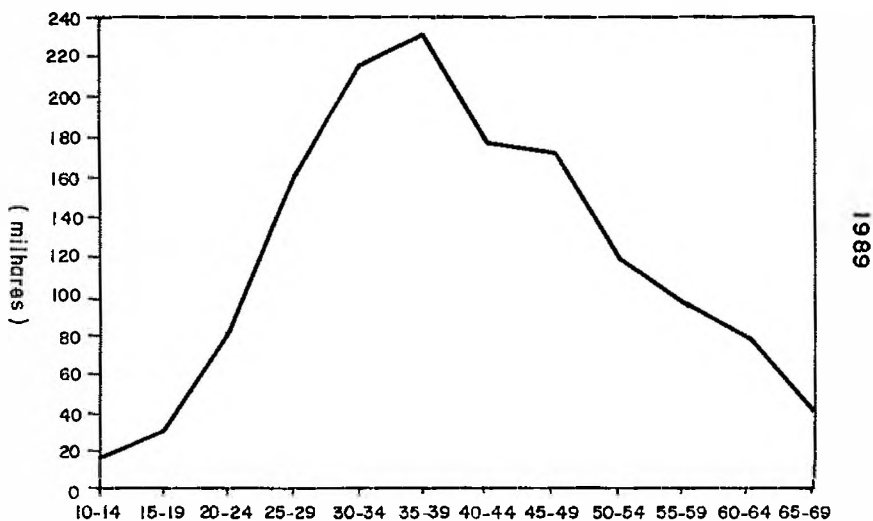
Número de Homens Autônomos



Gráficos 13

São Paulo

Número de Homens Autônomos

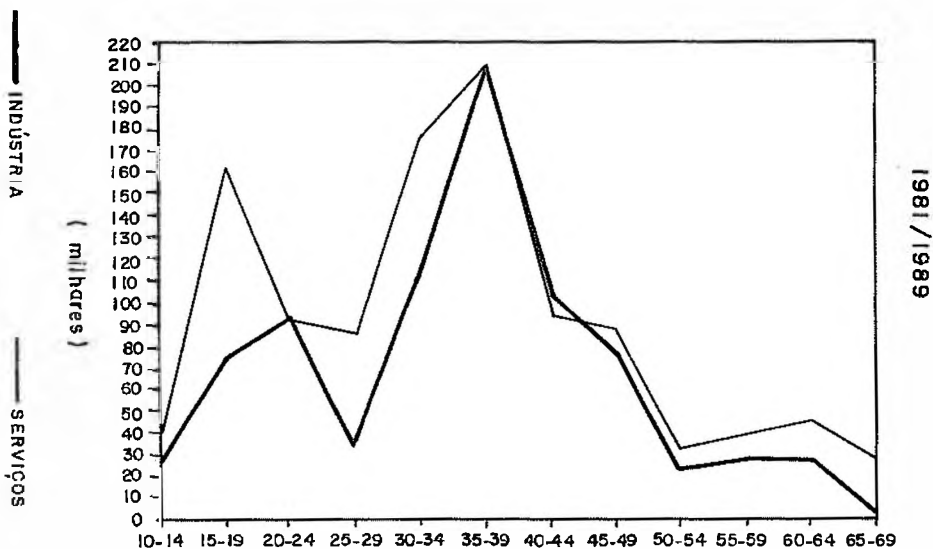


FONTE PNAD 89

Gráfico 14

São Paulo (1981 — 1989)

Diferenças no Número de Homens Ocupados



Entre 1982 e 1984 desenvolvemos uma pesquisa de natureza qualitativa junto a jovens (entre 14 e 20 anos) moradores em duas áreas periféricas paulistas que combinavam escola e trabalho. O título inicial do trabalho era *O cotidiano do menor que concilia escola e trabalho*, e o título final ficou sendo *O jovem trabalhador/estudante*. A alteração do título, sobretudo do termo "menor", é a manifestação mais explícita do que talvez tenha tido a maior contribuição do estudo [(Madeira, 1984)].

Naquela ocasião, quando nos lançamos a campo, pensávamos encontrar no menor trabalhador algo próximo a um "pequeno operário ou um pequeno adulto". No fundo, o que tínhamos em mente era um personagem cuja imagem estava muito próxima aos meninos de Charles Dickens. Mas o que encontramos foi um personagem muito diferente, cuja imagem e comportamento é a do adolescente típico, delineado com muita precisão e insistência nos meios de comunicação de massa, sobretudo na televisão.

Nesse perfil são indispensáveis as *griffes*, os tênis, os *jeans*, a "curtição" do som, enfim o consumo de símbolos de juventude. Faz parte também do quadro um diálogo tenso com os pais, representantes, para os jovens, de um tempo ultrapassado, já que eles se vêem como arautos do futuro, de um novo tempo.

Desde logo percebemos que uma série de pressupostos com relação ao trabalho juvenil deveriam ser revistos. Neste texto trataremos de alguns deles.

Uma de nossas maiores surpresas foi quando concedemos a palavra aos jovens — pertencentes a famílias bem pobres em sua maioria. Eles afirmavam, de maneira absolutamente repetida, que trabalhavam para ser "mais livres". Liberdade, por sua vez, significava um poder de negociação maior junto à família para ganhar autonomia nas decisões, sobretudo na decisão de seu próprio consumo.

Tal constatação, naturalmente, minimiza, e muito, a noção amplamente divulgada de que a necessidade de trabalho é algo imposto pela família, seja por problemas materiais objetivos, ou por ideologias e crenças no trabalho como "escola de vida", ou como um processo importante na formação profissional do futuro trabalhador.

Tais formas de encarar o trabalho juvenil deixam de levar em conta a perspectiva desse ator social específico, o jovem. Trabalhar, receber algum salário, para quem tem uma autonomia apenas relativa, mas está procurando aumentar-lhe o grau, significa liberdade. Outros autores já tocaram nessa questão, só que para eles a busca de autonomia via trabalho era exclusiva de jovens dos setores médios da população. Bourdieu (1983), ao contrário, detecta-o também na população operária, mostrando que não é um fenômeno exclusivamente latino-americano. Em entrevista recente, cita o caso do filho do mineiro que quer começar a trabalhar na mina o mais rápido possível, porque isso significa entrar no mundo dos adultos. E comenta: "uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem começar a trabalhar muito cedo é o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro para se afirmar em relação aos colegas e com as meninas, portanto, para ser reconhecido e se reconhecer como um homem" [Bourdieu

(1983, p. 114)]. Esta também é a posição de Willis (1991, p. 23). No Brasil, pelo menos três pesquisas já destacaram com muita clareza o sentido de "liberdade" contido na decisão de trabalho dos jovens. Ser livre significa ter mais autonomia para decidir sobre sua vida, principalmente sobre o consumo e a permanência na escola [(Gouveia (1983), Spindel (1985) e Madeira (1984)].

Em trabalho muito recente, realizado na favela da Rocinha, e com uma perspectiva antropológica, Dauster (1991) reitera o que vínhamos colocando desde 1982, encontrando reforço de suas constatações, como nós, em Willis (1991) e Bourdieu (1983).

O significado do trabalho passa, também, aos olhos das crianças e jovens, por um sentido de *decisão* e de *afirmação*. Como é decidido o trabalho e por que razão?

"O trabalho tem um momento de opção. A criança quer trabalhar de livre e espontânea vontade ... para ajudar, para ganhar dinheiro... na classe média, os pais dão a mesada aos filhos. Aqui a criança faz a sua mesada" (D. Elisa).

"Eu trabalho para ganhar um dinheirinho e para comprar o que quero: roupa, relógio, tênis" (João, 11 anos, mecânico).

Um aspecto significativo do trabalho da criança e do jovem reside na possibilidade do consumo de bens que permitem o acesso a uma *gramática do gosto*, conforme sancionada pelo sistema comercial dirigido ao jovem, através dos meios de comunicação de massa.

Neste sentido, o tênis, o relógio, as etiquetas da moda são emblemas desejados e sua posse tem em vista a construção de uma identidade jovem [Willis (1991)] no interior de uma sociedade de consumo de massa [Dauster (1991, p. 16)].

De certa forma, dados estatísticos agregados sugerem o que as pesquisas qualitativas revelaram, com muita transparência. Quando se relacionam taxas de participação de adolescentes na PEA urbana com níveis de renda familiar *per capita*, não se constata, como seria de esperar, uma clara relação inversa entre duas variáveis, ou seja, não é comprovado que quanto menor a renda familiar maior a taxa de participação de jovens na PEA. Essa taxa sobe lentamente, até atingir sua maior concentração entre as famílias com 1/2 a 2 salários mínimos *per capita*, descendo, também lentamente, nas duas faixas que se seguem [Madeira (1986)]. Esse tipo de relação tanto pode expressar o enorme credenciamento que a escolaridade vem oferecendo ao jovem no mercado de trabalho (quanto maior a escolaridade, maior a facilidade de encontrar emprego) quanto indicar o impacto da participação do salário do jovem na renda familiar (o mais provável é que ambos os fatores atuem em conjunto).

De qualquer forma, o fato de existir razoável proporção de jovens trabalhadores em famílias com rendimento razoável mostra, também da perspectiva dos dados macro, como é falho o pressuposto de que é sobretudo a pobreza, a necessidade de manutenção de um padrão de vida mínimo, que coloca os jovens, especialmente os adolescentes, em busca de uma atividade remunerada.

Tendo em conta que existem jovens e adolescentes em faixas de renda que, em tese, propiciam um consumo que garante-lhes a sobrevivência física, o mínimo a fazer seria mudar a expressão *estratégia de sobrevivência* para *estratégias familiares de estilo de vida*. E, nesse sentido, esse não seria um fenômeno ligado somente aos mais pobres, porém referente a todos os segmentos e grupos sociais.

Em nossas discussões com jovens verificamos que o consumo que lhes é próprio, como a roupa (o *jeans* com *griffe*, o novo corte de calça, o tênis, etc.), o lazer e o som (o gravador, as fitas cassetes, os bailes de fim de semana) constituem um tema de discussão e disputa permanente no seio familiar. A disponibilidade de dinheiro, de um salário, significa sobretudo a possibilidade de maior poder de barganha, de negociação com a família nessa disputa. O jovem que trabalha tem seu poder aumentado e seus privilégios na família garantidos. Enfim, a necessidade de ostentar sinais visíveis de pertencer à categoria jovem, sobretudo aquelas veiculadas pelos meios de comunicação, é um dos pontos nodais de atrito com a família, fonte de intensos e violentos conflitos.

Outra surpresa foi constatar que a possibilidade de estudar, principalmente para jovens com mais de 15 anos e nas séries mais adiantadas, também está altamente associada à possibilidade de trabalhar e, nesse sentido, a escola assume freqüentemente a condição de um "bem de consumo" jovem. Ou seja: o fato mesmo de freqüentar escola, de possuir uma carteira de estudante caracteriza-o como jovem moderno. É ainda Bourdieu (1983, p. 15) quem comenta o fato de que estar na situação de "estudante" induz a uma série de circunstâncias que são constitutivas da situação escolar: eles levam os livros amarrados com um cordão, sentam-se nas motocicletas para "cantar" uma menina, encontram os amigos dos dois sexos fora do trabalho, em casa são dispensados das tarefas materiais porque estão estudando".

Nesta linha, outro pressuposto que precisa ser revisto é o da questão da relação escola-trabalho. É altamente recorrente a afirmação de que a necessidade imperiosa de trabalhar força o jovem pobre a abandonar a escola, ou mesmo impede o acesso a ela. Essa situação pode estar ocorrendo, mas a verdadeira questão social, e generalizada, entretanto, é outra.

Até aproximadamente meados ou final dos anos 60, os jovens incorporados ao sistema educativo nos níveis ginásiais, secundário e superior, como também os jovens trabalhadores desocupados e subocupados, pertenciam a setores sociais distintos. Os primeiros provinham de setores médios e altos, os segundos dos setores populares e pobres. Atualmente a situação é algo diversa. Uma parcela cada vez mais significativa de adolescentes e jovens tem acesso a um nível de educação primária mais elevada, e até à educação secundária, mas não pode permanecer no sistema educativo a não ser que esteja exercendo ao mesmo tempo alguma atividade remunerada.

Todos os fatores já comentados, e mais o alto valor *credencialista* da educação, impulsionam o jovem a conseguir um trabalho. Freqüentemente, só trabalhando é que conseguem manter-se na escola (em cursos noturnos). A tendência à generalização da categoria de adolescente trabalhador-estudante é uma das características mais peculiares da situação da juventude brasileira em relação ao restante do mundo.

A partir desta constatação mais geral, temos cada vez mais enfatizado, desde 1982, que a relação entre trabalho e fracasso escolar é um pressuposto que precisa ser urgentemente revisto, levando-se tal revisão em consideração na definição da política educacional.

Não se pretende aqui desenvolver este complexo tema, mas a idéia central é que não faz sentido a escola continuar operando com a imagem de uma criança ideal, sem levar em conta suas condições concretas de vida. Ou, como bem resume Dauster (1991, p. 21) tratando desta questão: "no relacionamento entre a criança de infância de curta duração" e a escola que tem como modelo a "infância de longa duração", surge nas relações sociais concretas uma 'escola de curta duração'".

As pressões e a sensibilidade para o consumo entre os jovens são fatos conhecidos no mundo todo. Por isso é generalizada, nos meios de comunicação, a tendência a oferecer-lhes um corpo integrado de símbolos e representações do que é ser jovem. O importante é destacar a especificidade da situação brasileira, *onde um conjunto de fatores combinam-se para fortalecer e acirrar esse perfil próprio dos jovens.*

De certa forma, o perfil consumista do jovem apoiou-se em três características, naturalmente complementares, das duas últimas décadas.

Provavelmente, a mais importante sejam os surpreendentes avanços da telecomunicação no Brasil. Em 1975, a televisão já alcançava 40% da população urbana, cobertura que hoje atinge 80%. Calcula-se que esteja perto de 80 milhões o número de telespectadores servidos por 22 milhões de aparelhos de TV.

É sabido que a explicação do surpreendente avanço das telecomunicações no Brasil está na decisão dos governos autoritários de promoverem a integração nacional por essa via. De certa forma, a história da televisão no país é também a história da sua integração nacional. Alguns autores sugerem que os altos níveis de consumo de TV no Brasil estão intimamente (e inversamente) relacionados aos níveis de escolaridade dos públicos expostos a esse meio.

Nesse sentido, a persistência de baixíssimos níveis educacionais na sociedade brasileira, inclusive entre jovens (um dos mais baixos do mundo), contribuiria decisivamente para a colossal penetração da televisão no país. De certa forma, a televisão pode ser colocada até como uma espécie de ensino, paralelo e integrador.

Talvez seja também por esse motivo que a população brasileira vê a televisão como transmissora de dados da realidade. Pesquisa recente da *Folha de S. Paulo* mostra que 80% dos entrevistados a consideram uma instituição de muito prestígio e muito poder na frente do Legislativo, Judiciário e até da Igreja.

Considere-se, neste contexto, o poder hegemônico da TV brasileira. Como sabemos, as redes de televisão estão organizadas de tal forma que há uma subordinação total das emissoras regionais e locais às redes nacionais, que concentram suas produções nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa organização, naturalmente, define a programação como de caráter absolutamente preponderante, isto é, a mesma programação atinge espectadores que convivem em diferentes mundos e possuem poder aquisitivo com graves e enormes desigualdades. Cabe acrescentar

que os diferentes segmentos de público apresentam variações significativas quanto ao tempo de exposição à televisão [Martine (1991)].

O rádio tem características bem diferentes. A TV é recebida, em geral, de forma coletiva, envolvendo normalmente familiares e amigos. O rádio é individual. Em contraste com a linguagem globalizante e excessivamente urbana da televisão, o rádio caracteriza-se pela segmentação de audiência. As emissoras diversificam bastante a sua linguagem para tentar identificar-se com diferentes segmentos da população, fazendo cortes por sexo, idade, região (rural e urbana), estratos culturais e sócio-econômicos. A diversificação foi a saída de sobrevivência que o rádio encontrou, frente ao papel homogeneizador da televisão.

O perfil de investimentos publicitários demonstra que a indústria cultural no Brasil gira em torno da televisão, mesmo sendo o rádio o meio de comunicação de maior penetração. Nos últimos 25 anos a televisão aumentou sua participação no mercado publicitário de 24% para 61%, enquanto é destinado para as revistas 16%, para os jornais 13% e para o rádio 6%. São cifras extremamente elevadas; nos Estados Unidos a televisão detém 21,9% do investimento publicitário, e no Japão, 35,2% [Martine (1991)].

As duas últimas décadas caracterizaram-se por enormes transformações sócio-políticas e culturais no país. Os meios de comunicação de massa, em especial a TV, mostraram-se extremamente sensíveis às novas expectativas políticas e sócio-culturais que emergiam, com notável força, na sociedade. De certa forma, é possível dizer que a TV brasileira assimilou o ideário dos movimentos sociais dos anos 60, que caracterizaram-se por colocar *em xeque* os valores mais ocultos e arraigados da vida cotidiana, revendo, por exemplo, o modo de definir a relação entre os sexos, o significado do trabalho e da satisfação pessoal, e das hierarquias que permeiam as relações sociais (sobretudo a relação pais e filhos). Não há exagero em dizer que a TV brasileira promove uma intensa e crescente reelaboração simbólica, na direção de uma conscientização, ou pelo menos discussão dos nossos valores.

Os exemplos mais visíveis estão nos programas femininos, que incorporaram rapidamente a defesa dos direitos da mulher, a questão da contracepção, discussões sobre educação sexual, etc. Nas telenovelas, que têm lugar de destaque na programação noturna, os papéis tradicionais dos filhos e da mulher passaram por um processo de revisão, às vezes, radical.

Personagens vivem a insatisfação das mulheres com seu cotidiano, pais e filhos sofrem intensamente o conflito de valores, revendo relações de casamento, o papel da maternidade, etc. Há o questionamento do poder econômico, das imposições do consumo, mas, ao mesmo tempo, estimula-se o culto dos símbolos do "modo de vida" juvenil e da beleza corporal. A publicidade, por sua vez, sensível a essa onda de novas normas, como num círculo vicioso, acaba por reforçá-las.

A indústria cultural, com amplo destaque para a televisão, atuou como a grande geradora da aspiração para o consumo em geral, e em especial para o consumo juvenil. Duas outras características da década contribuíram para que as aspirações pudessem se consubstanciar em consumo efetivo.

A primeira foi a possibilidade efetiva do jovem inserir-se no mercado de trabalho, sobretudo no mercado formal, como vimos em seção anterior.

Até o momento, o conjunto de informações de que dispomos está muito pouco amadurecido para discorrer com segurança sobre as "credenciais" que possuem adolescentes e jovens para colocarem-se como mão-de-obra privilegiada no mercado de trabalho brasileiro. Nessa direção há ainda um longo caminho a ser percorrido, sobretudo se quisermos avançar, seja para além da explicação fácil e recorrente — mas a nosso ver sem suficiente fundamentação teórica e empírica — da exploração salarial, seja no conhecimento da enorme heterogeneidade das situações de trabalho infanto-juvenil existente.

De qualquer forma, vale a pena registrar que a recentíssima democratização do ensino brasileiro — que atinge principalmente os mais jovens — certamente oferece-lhes uma credencial muito poderosa.

De fato, alguns estudos que se apóiam em dados agregados mostraram, por exemplo, que quanto maior o nível de escolaridade, maior a possibilidade de inserção do jovem no mercado de trabalho, além de uma série de estudos de corte mais qualitativo sobre a modernização do nosso sistema bancário, que apontam o jovem com primeiro grau completo como o trabalhador preferido no setor, sobretudo em funções de atendimento ao público e algumas funções administrativas ligadas à informatização.

A segunda característica da década a que nos referimos é a difusão do sistema financeiro de crédito. Em nossa pesquisa de campo, realizada entre 1981 e 1983, ficou claro que a possibilidade de parcelamento do pagamento, na compra de um produto, era ao mesmo tempo um estímulo e uma facilidade efetiva de acesso ao consumo de bens, às vezes bastante sofisticados. Reportagens recentes em revistas e jornais alertam que essa situação persiste. A *Folha de S. Paulo*, numa reportagem sobre o lançamento de um novo *shopping center* em uma área mais popular da cidade de São Paulo, destaca o caso de um jovem que comprou uma calça *jeans* de uma *griffe* sofisticada e prestigiada, em pagamento parcelado em três vezes. O surpreendente é que se tratava de um jovem morador em uma de nossas periferias, operário industrial, e o preço à vista da calça superava o seu salário mensal. A revista *Isto É*, na reportagem referente a adolescentes que morreram vítimas de roubos de tênis, destaca o fato dos tênis usados pelos adolescentes, sempre de *griffes* prestigiadas, terem sido adquiridos à prestação e com o fruto de seu próprio trabalho.

Em resumo, colaborar no orçamento doméstico tem, para o jovem, diferentes significados que se expressam de maneiras diversificadas em cada camada social, mas que somente se tornam possíveis pela efetiva existência de empregos. Não há dúvida de que a expansão que ocorreu na economia brasileira nos anos 70 e o ritmo acelerado da industrialização confirmam não só um momento de grande crescimento econômico, mas um tipo de desenvolvimento em que alguns setores da economia deram preferência à incorporação da parcela mais jovem da população. A pressão do consumo e a valorização da escola colaboraram para a oferta de trabalhadores jovens.

Os anos 80 foram de crise e recessão, provocando uma retração na oferta de emprego na indústria, exatamente nos setores onde jovens foram incorporados nos anos 70. A verdade é que, se os efeitos diferenciados da crise econômica sobre ambos os sexos começam a ser esclarecidos, sobre as diferentes faixas etárias estão muito longe disto. Nosso trabalho é apenas um início.

Para alguns analistas, as mulheres seriam as mais atingidas no momento de crise, perdendo seu emprego mais rapidamente e em maior número. Para outros, contudo, a divisão sexual do trabalho poderia, ao contrário, proteger as mulheres dos piores efeitos da recessão, devido à sua concentração em tarefas e ocupações tipicamente femininas, e justamente por causa de sua posição discriminada no mercado de trabalho. Bruschini (1989), após uma análise cuidadosa dos dados, concluiu que a segunda hipótese é a mais correta.

A crise econômica não repercutiu negativamente sobre o sexo feminino, alijando as mulheres do mercado de trabalho ou impedindo-as de nele ingressar. Pelo contrário, as mulheres incorporaram-se cada vez mais na população economicamente ativa, num ritmo superior ao dos homens, mesmo no período recessivo mais agudo. E, o que é mais importante, ingressaram intensamente no segmento mais organizado do mercado, que pressupõe melhores condições de trabalho e acesso aos direitos trabalhistas [Sabóia e Tolipan (1985), Oliveira (1987) e Spindel (1987)].

O mesmo pode estar ocorrendo entre os jovens. Spindel, que entrevistou adolescentes inseridos no setor formal da economia (inclusive alguns que trabalhavam nos setores que mais foram afetados pela crise), argumenta que o simples fato dos jovens permanecerem nos seus postos, apesar da maciça demissão que ocorria no período da pesquisa, permite deduzir que eles sejam também portadores de "credenciais" altamente valorizadas no mercado. Uma destas, talvez a mais forte, é uma escolaridade bem superior à da geração dos pais.

Na seção anterior ficou claro que nos anos 80 os jovens não apresentavam dificuldades em continuar a se inserir no setor industrial mais formalizado, até porque se tratava, como constatamos, de um período de refluxo da "onda jovem".

IV

À GUIA DE CONCLUSÃO: OS ANOS 90

Da ótica puramente demográfica, e tomando como referência o que até o momento consideramos, pode-se caracterizar os anos 90 como potencialmente problemáticos, tanto para a acomodação da força de trabalho masculina global, como para a população jovem especificamente.

Por um lado, ressurgiu, com vigor, uma nova "onda jovem" (entre os adolescentes no primeiro quinquênio e entre os jovens no segundo quinquênio). Por outro, o eco da "onda jovem" dos anos 70 começa a ter ressonância a partir dos 35 anos (ver Gráfico 14). Ou seja, os anos 90 apresentam duas descontinuidades: uma na faixa etária que

tem pressionado por uma entrada precoce no mundo do trabalho, e outra exatamente na faixa etária que tem sido tradicionalmente impactada por esta pressão, sendo, por esse motivo, levada a deixar precocemente o contingente que compõe a PEA.

Na verdade, pelo que se considerou até o momento, é difícil saber o que efetivamente acontecerá nesta década. O mais prudente é tentar projetar cenários hipotéticos.

Em princípio, nada indica que os jovens diminuirão sua pressão para entrar no mundo do trabalho, na medida em que os fatores que os têm impellido nas duas últimas décadas tendem a persistir e a até a se acentuar: os anos de escolaridade entre adolescentes ampliaram-se, é crescente a aspiração por manter-se na escola, os salários dos chefes de família certamente continuarão baixos e a pressão para ampliar o consumo tende a tornar-se mais forte e sutil, via aperfeiçoamento da comunicação de massas.

Avaliar, porém, a situação sob a perspectiva do mercado de trabalho é tarefa bem mais complexa. A expectativa de saltos no processo de modernização e informatização da economia contribuiria, em princípio, para a crescente incorporação de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Entretanto, é preciso lembrar que grande parte dos trabalhos exercidos pelos jovens ao longo dessas duas décadas — o *office-boy* é o exemplo mais típico — só faz sentido quando a informatização é ainda muito precária. Em outros termos, é difícil garantir que os próximos desdobramentos da economia paulista continuarão a ter no adolescente um trabalhador com "credenciais" desejáveis.

Vale a pena considerar que, se isso efetivamente ocorrer, ou seja, se diminuírem as chances dos adolescentes no mercado de trabalho, tal fato terá forte impacto sobre as condições sociais de vida do jovem (escolaridade e lazer, por exemplo), sendo bastante plausível supor o aprofundamento da violência, do apelo e apego às drogas, etc.

Com relação à possível expulsão da população em torno dos 40 anos, também a conclusão não é tão simples. Como sabemos, na década de 70 o crescimento industrial aconteceu em ritmo muito acelerado, além de ser um processo relativamente novo. Hoje, aqueles cuja idade está acima de 35 anos estão de alguma forma familiarizados com esse processo de industrialização, sendo admissível supor que se torne bem mais complicado desalojá-los de funções nesta área da economia.

BIBLIOGRAFIA

ARIAS, A. R.; CORDEIRO, J. H. T. de Camargo. *Uma discussão sobre a produção e uso dos dados sobre o mercado de trabalho*. s.n.t. Versão preliminar. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 1990.

BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7. Caxambu, MG, *Anais*. Caxambu, 1990.

- BERCOVICH, A.; VELÓZO, H. Notas sobre aparentes contradições na estrutura por idade e sexo no Censo Demográfico de 1980. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 46, n. 181/182, p. 53-121, jan./jun. 1985.
- BOURDIEU, P. A. *"Juventude" é apenas uma palavra: questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRUSCHINI, C. *Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.
- DAUSIER, Tania. *"Uma infância de curta duração" - o significado simbólico do trabalho e da escola na construção social do "fracasso escolar" nas camadas populares urbanas*. s.n.t. Trabalho apresentado na Reunião da ANPOCS, 1991.
- DEUTSCHMAN, A. What 25-years-old want. *Fortune*, Aug. 27th, 1990.
- GOUVEIA, A. T. O trabalho do menor. necessidade transfigurada em virtude. *Cadernos de Pesquisa*, n. 44, p. 55-62, fev. 1983.
- JATOBÁ, Jorge. *Ciclo econômico e força de trabalho no Brasil urbano: 1987/1987*. Brasília: IPEA, 1990. 190 p. (Cadernos de Economia, 1).
- MADEIRA, F. R. *Evolução dos índices de escolaridade em São Paulo: década de 80*. São Paulo: Seade, 1992.
- _____. *Integração trabalho/escola no cotidiano de jovens de setores populares paulistanos*. São Paulo, 1984. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq.
- _____. Los jóvenes en el Brasil: antiguos supuestos y nuevos derroteros. *Revista de la CEPAL*, 29, p. 57-80, ago. 1986.
- MARTINE, George. *A questão populacional no Brasil: elementos para a agenda da Fundação Mac Arthur*. Brasília: D. Catherine T Mac Arthur Foundation/Instituto Sociedade População e Natureza, 1991.
- OLIVEIRA, Zuleica Lopes. *A crise e os arranjos familiares do trabalho urbano*. Águas de São Pedro, SP, 1987. mimeo.
- ORTIZ, L. P.; YAZAKI, L. M. 1988. *Mortalidade infantil-juvenil: o jovem na Grande São Paulo*. São Paulo: SEADE, 1988.
- SABÓIA, João. *Emprego nos anos oitenta: uma década perdida*. Trabalho apresentado no Seminário "Modelos de Organização Industrial e Trabalho", São Paulo, 1991.
- SABÓIA, J.; TOLIPAN, R. A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil: uma nota. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 15, n. 2, p. 447-456, ago. 1985.
- SPINDEL, C. R. *O menor assalariado registrado: condições de trabalho em áreas metropolitanas*. São Paulo: Idesp, 1985.
- _____. *A mulher frente à crise econômica dos anos 80*. São Paulo: Idesp, 1987. (Textos Idesp, 18).

WILLIS, P. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Trad. de Tomáz T. da Silva e Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WRIGGINS, W. R. *Youth cohorts, population change, and politics: five intervening variables*. Trabalho apresentado na Conference of Future Changes in Population Age Structure, Sopron, Hungria, 1988.